
Artigos Originais

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: A VISÃO DE ACADÊMICOS DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA (UDESC)

Alfredo Balduino Santos¹

Stravos Wrobel Abib²

Vera Márcia Marques Santos³

Simone Santos Souza⁴

Nardilene Pereira Gomes⁵

RESUMO: No Brasil, houve um aumento no recurso financeiro disponibilizado para programas e projetos de extensão, saindo de 6 milhões, em 2008, para 70 milhões de reais em 2011. Essa situação representa um marco na política de fomento a atividades extensionistas nas universidades públicas brasileiras. Diante destas considerações iniciais, observamos que o artigo em questão, resulta de uma pesquisa que teve como objetivo analisar a percepção de acadêmicos da Universidade Estadual de Santa Catarina (UDESC), acerca da extensão universitária. Os sujeitos foram 46 discentes com experiência em ações extensionistas vinculadas ao Núcleo Extensionista Rondon UDESC. A coleta de dados se deu por meio de questionário e foram analisados com base na análise de conteúdo de Laurence Bardin, revelando as categorias: Ação para comunidades carentes; Ação acadêmica para a comunidade; Ação de troca de saberes entre universidade e comunidade; Ação político-social. Esses dados permitem um avanço na percepção da extensão como ação político-social, em resposta às necessidades das demandas da comunidade (prioritariamente as mais carentes). Embora, num primeiro momento, a extensão tenha o intuito de levar informação para a comunidade, depara-se com um contexto social enriquecido de saberes, desvelando-se assim, como uma “via de mão dupla” para a sistematização desses saberes.

PALAVRAS-CHAVE: Extensão universitária. Ações extensionistas. Políticas públicas. Formação acadêmica.

University extension: the view of students of the University of Santa Catarina State (UDESC)

ABSTRACT: In Brazil, the financial resources available for extension programs and projects

¹ Mestre em Gestão de Políticas Públicas pela Universidade do Vale do Itajaí, professor no Centro de Educação a Distância da Universidade do Estado de Santa Catarina, coordenador de extensão da Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Comunidade, coordenador do Núcleo Extensionista Rondon da instituição (balduinoudesc@gmail.com).

² Doutor em Engenharia Civil pela Universidade Federal de Santa Catarina, professor no curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade do Vale do Itajaí, pesquisador do Grupo de Estudos “Políticas Públicas: Aspectos Socioespaciais e Culturais” (stavros@univali.br).

³ Doutora em Educação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos, professora da Universidade do Estado de Santa Catarina, diretora de extensão do Centro de Educação a Distância, coordenadora do Laboratório Educação e Sexualidade (veramarquessantos@gmail.com).

⁴ Mestre em Enfermagem pela Universidade Federal da Bahia, professora da Universidade Estácio de Sá (Bahia) (simonessouza18@hotmail.com).

⁵ Doutora em Enfermagem pela Universidade Federal da Bahia, professora adjunta da Universidade Federal da Bahia, pesquisadora e extensionista do Grupo de Estudos “Violência, Saúde e Qualidade de Vida” (nardilenegomes@hotmail.com).

increased from 6 million, in 2008, to 70 million reais in 2011. This situation represents a milestone in the political promotion of extension activities in Brazilian public universities. This research aimed to analyze the students' view about university extension. The participants were 46 students of the University of Santa Catarina State who were experienced in extension activities linked to the Rondon Extensionist Centre (Núcleo Extensionista Rondon). Questionnaires were used to collect data, which was analyzed based on the Bardin content analysis, revealing the following categories: Action for underserved communities; Academic action for the community; Knowledge exchange action between university and community; and Social and political action. The data allowed a progress in the extension perception as a social-political action in response to the needs of the community's demands, specially the poorest ones. Though, at first, the university extension aims to provide the community with information, it is already found a social context with vast knowledge; this situation reveals a systematization of knowledge in both directions.

KEYWORDS: University extension. Extension activities. Public policy. Academic formation.

INTRODUÇÃO

A Universidade brasileira preconiza a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, sendo esta essencial no processo de socialização da produção de conhecimento na sociedade (ARROYO; ROCHA, 2010; LEITA; NUNES, 2009). Assim, um grande desafio se apresenta às universidades e à extensão universitária. Esse desafio reflete-se na articulação da comunicação entre teoria-prática, universidade-sociedade, construindo a teoria da reciprocidade, integração do pensar, fazer e viver a partir do rompimento da dimensão dicotômica, dualista e fragmentada que tem sido prática no cotidiano de muitos universitários no decorrer de sua formação inicial.

A “excelência com responsabilidade social”, premissa da Universidade, busca a formação de profissionais críticos, reflexivos e comprometidos com as demandas sociais, devendo estes serem capacitados para atender às demandas da comunidade em prol do enfrentamento das diferentes situações que refletem as realidades advindas desse entorno social (ARROYO, ROCHA, 2010).

A fim de garantir o compromisso da Universidade diante da realidade social, o Núcleo Extensionista Rondon da Universidade Estadual de Santa Catarina (NER/UEDESC) vem possibilitando o intercâmbio dos acadêmicos e a inserção da universidade em diferentes áreas do conhecimento e em diversos cenários do país, especialmente no Estado de Santa Catarina, na busca do desenvolvimento da região, favorecendo a interação entre Universidade e sociedade numa perspectiva interdisciplinar e transversal.

Dada a experiência dos acadêmicos vinculados ao NER/UEDESC, um questionamento fez-se necessário: Quais suas percepções sobre as ações da extensão universitária? Por conseguinte, delineou-se nosso objeto de estudo: a visão de acadêmicos acerca da extensão universitária.

Vale salientar a diversidade de definições da extensão universitária, ao longo dos anos, desde sua associação com cursos, serviços e ao caráter assistencialista, até percepção de ações pautadas

na troca, na interação, na via de mão dupla entre universidade e sociedade (JEZINE, 2004). Este processo histórico permite desvelar o compromisso da Universidade no cumprimento de seu papel social e político, garantindo a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, propósito das imersões sociais realizadas pelo NER/UDESC.

Uma aproximação histórica da extensão universitária

A história da extensão universitária tem seu início na Inglaterra, na segunda metade do século XIX, e se vincula à ideia de educação continuada, com o objetivo de atender às camadas menos favorecidas e a população adulta, que não se encontrava na Universidade. As ações de extensão, nesse momento, davam-se, em geral, por meio de cursos de pequena duração. Anos depois, são registradas atividades de extensão nas universidades americanas, as quais se caracterizaram como prestação de serviços nas áreas rural e urbana (NOGUEIRA, 2001). Desde então, as universidades em todo o mundo buscam “estender” suas ações para toda comunidade, reconhecendo-se como agentes dos processos sociais.

Embora pesquisadores afirmem que as experiências extensionistas tenham ocorrido desde muito cedo em nosso país, em especial na Universidade Livre de São Paulo (criada em 1912), até 1930 não há identificado qualquer registro que reconheça sua existência. O primeiro registro oficial aconteceu em 1931 com a promulgação do primeiro Estatuto das Universidades Brasileiras, o qual, por meio do Decreto-Lei nº 19.851, regulamentava na legislação da educação brasileira que a Extensão configurava-se instrumento essencial da vida social da Universidade (SOUSA, 2001).

Assim, preconizava-se que a extensão universitária aconteceria por meio de cursos de cunho educacional ou utilitário, organizados por órgãos da Universidade, com autorização do Conselho Universitário, e se destinaria, principalmente, à divulgação de conhecimentos necessários aos indivíduos ou coletividade, à solução de problemas sociais e/ou à disseminação de informações que salvaguardassem os interesses nacionais (SOUSA, 2001). Cabe observar que tal proposta de aproximação entre Universidade e sociedade acontece no contexto do sistema de um governo ditatorial, com concepções elitistas: a Ditadura Vargas. Nesse período, a extensão universitária foi pauta de críticas e questionamentos que sinalizavam para os equívocos e as más formulações das funções sociais que lhes fora atribuída (FREIRE, 2011).

Vale ressaltar que, no Brasil, a extensão universitária configurou-se sob forte influência do Movimento Estudantil. Isso porque desde o Brasil Colônia percebe-se o envolvimento de jovens universitários com os movimentos sociopolíticos da época (SOUSA, 2001). Todavia, mesmo com a interferência do movimento universitário na construção de um debate mais crítico, não houve um avanço no formato de se fazer extensão no Brasil, o que pode ser evidenciado com a Lei 4.024 de 1961, que caracteriza a extensão como mera modalidade de cursos. Com o artigo 69 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação LDB/4.024/61, a extensão passa a ser ofertada pela instituição, a partir de cursos que atendessem aos interesses da comunidade. A partir de então, discentes e docentes de algumas instituições de ensino superior, respaldando-se nas experiências de educação de base de segmentos religiosos, implantaram um modelo de extensão que transcendia a difusão de conhecimento,

ampliando-o para propostas de ações em prol da transformação social (FREIRE, 2011).

Nesse período, as manifestações estudantis, lideradas pela União Nacional dos Estudantes (UNE), criada em 1937, tomou volume significativo no cenário brasileiro. Também foram organizados seminários em diferentes regiões do país, a exemplo das cidades de Salvador, Curitiba e Belo Horizonte. Esse movimento acabou exigindo o empenho das instituições de ensino superior para atendimento às necessidades das camadas populares urbanas e rurais, a partir do oferecimento de cursos, da oferta de serviço social e do apoio por parte do governo para as ações sociais.

Vale salientar que os governos militares, instalados após o Golpe de Estado de 1964, dão à extensão um caráter assistencialista, sob a alegação de sua necessidade para o desenvolvimento e a segurança do país. Esses governos garantiram algumas das reivindicações do movimento estudantil, embora descaracterizadas de suas propostas originais, cooptando os estudantes para trabalhos eventuais de assistência às populações carentes de algumas regiões brasileiras, caso do Projeto Rondon, criado em 1968 pelo Ministério do Interior e pelas Forças Armadas (NOGUEIRA, 2001).

No ano de 1968, foi lançada, após muitos anos de discussões, a Lei Básica da Reforma Universitária (Lei nº 5.540/68), defensora da indissociabilidade entre ensino e pesquisa. Segundo Nogueira (2001), esta Lei, embora de forma secundária, faz menção à extensão universitária em alguns artigos:

Art. 20 – [...] as universidades e as instituições de ensino superior estenderão à comunidade, sob forma de cursos e serviços especiais, as atividades de ensino e os resultados da pesquisa que lhe são inerentes.
Art. 40 – As instituições de ensino superior, por meio de suas atividades de extensão, proporcionarão a seus corpos discentes oportunidades de participação em programas de melhoria das condições de vida da comunidade e no processo geral de desenvolvimento. (NOGUEIRA, 2001, p. 61).

Percebe-se que permanece a associação da extensão à realização de cursos e a ênfase na prestação de serviços. Fica de fora da ideia de extensão a articulação com as atividades de ensino e pesquisa e a troca de saberes entre Universidade e sociedade, esta continuando no papel de mera receptora. Ambos os artigos revelam uma concepção de extensão mero assistencialismo. Chamam atenção ainda para o fato de que o trabalho desenvolvido pelos alunos não tem a participação docente e/ou órgão institucional ao qual estão vinculados (NOGUEIRA, 2001).

Pretendendo sensibilizar os dirigentes universitários sobre a necessidade da extensão, o Conselho dos Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB) realiza em Fortaleza, em 1970, um seminário no qual se delineiam diretrizes para a extensão universitária, sendo preconizada a indissociabilidade entre Ensino, Extensão e Pesquisa. Em 1975, o Ministério da Educação (MEC) elabora a Política de Extensão, que representa um avanço conceitual: a troca de saberes entre as instituições de ensino e a comunidade (NOGUEIRA, 2001).

A partir da década de 1980, algumas instituições públicas passaram a defender, junto ao MEC, espaços de diálogo para discutir o conceito de extensão e sua efetivação prática, agora em

cenário de abertura política, que culminou no I Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, em 1987, seguido de vários outros. Esse encontro proporcionou discussões sobre a extensão no Brasil, resultando na elaboração de orientações para a ação extensionista e a criação do Fórum Nacional de Pró-Reitores (NOGUEIRA, 2001).

A Política de Extensão do MEC reconhece que a extensão universitária no Brasil encontra-se com novo formato, no sentido de atender demandas reprimidas da sociedade (BRASIL, 2011). Investimentos foram ampliados de maneira significativa, a exemplo do Programa de Extensão Universitária (ProExt) criado em 2003, com o objetivo de apoiar as instituições públicas de ensino superior no desenvolvimento de programas ou projetos de extensão que contribuam para a implementação de políticas públicas. Segundo Maciel (2010), esse programa aumentou o recurso financeiro disponibilizado para programas e projetos de extensão, saindo de 6 milhões, em 2008, para 70 milhões de reais em 2011. Essa situação sinaliza a valorização que vem sendo dada a extensão no Brasil, representando um marco na política de fomento a atividades extensionistas nas universidades públicas brasileiras.

A política de extensão na UDESC

A UDESC, por intermédio de sua Pró-Reitoria de Extensão (PROEX), vem participando do processo de desenvolvimento e incentivo da extensão, por meio do ProExt ou de recursos próprios, através da submissão de projetos nas áreas definidas pela Política Nacional de Extensão: Comunicação, Cultura, Direitos Humanos e Justiça, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Produção, Trabalho.

Nos últimos quatro anos, reestruturou-se a resolução que trata da Política de Extensão na instituição, proporcionando maior participação de bolsistas em eventos internos e externos. Cria-se a política de ações afirmativas; o programa de auxílio permanência a acadêmicos em situação socioeconômica vulnerável; a política de cultura, que entre outras, acaba gerando um aumento significativo no êxito das ações de extensão da universidade. Cria-se também o Núcleo Extensionista Rondon (NER-UDESC), que, até o momento, esteve presente em 33 municípios, atendendo 37 mil catarinenses com ações extensionistas.

As atividades de extensão nos municípios catarinenses apresentam-se no formato de **operações extensionistas**, contemplando a demanda sugerida pelas Secretarias de Desenvolvimento Regional (SDR). Vale salientar que o Estado de Santa Catarina é dividido em seis regiões (Oeste, Norte, Vale do Itajaí, Sul, Serrana e Grande Florianópolis). Cada região é composta por SDRs, criadas com o objetivo de descentralizar as ações do governo do Estado, ficando, assim, mais próximas das demandas das distintas regiões. Neste sentido, as SDRs, em parceria com os municípios de suas jurisdições, identificam as demandas e necessidades de cada região, passíveis de serem contempladas com as atividades de extensão do NER/UDESC.

Definidas as demandas, o NER/UDESC elabora um plano de trabalho e abre inscrições para acadêmicos dos vários *campi*. Os interessados em participar das operações na condição de oficinairos apresentam sua proposta de atividades, as quais são apreciadas pela coordenação do

NER/UEDESC, que prioriza a experiência em ações de extensão, considerando os interesses dos municípios e a multidisciplinaridade que envolve os diferentes cursos da universidade.

As atividades são desenvolvidas por um período de dez dias e estão ancoradas nas oito áreas da extensão universitária brasileira. Vale salientar que, em virtude de convênio firmado com a Universidade de Brasília (UnB), através do Decanato de Extensão, desde a primeira operação, conta-se com o apoio e a participação de docentes e discentes daquela universidade nas operações extensionistas do NER/UEDESC. Parcerias como esta vêm sendo firmadas com outras instituições de ensino superior no Brasil, a exemplo da Universidade Estadual de Roraima (UERR), Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Faculdade Projeção do Distrito Federal, Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Institutos Federais de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul e Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA). Salientam-se, ainda, iniciativas embrionárias de parcerias com instituições fora do país, a exemplo de Moçambique, Angola e Cabo Verde.

Em geral, as operações extensionistas têm como foco a formação continuada de: 1) profissionais da educação; 2) conselheiros (Conselho Tutelar, Conselhos Municipal de Saúde e Educação); 3) profissionais da saúde; 4) gestores de serviços públicos e; 5) comunidade em geral. Foram trabalhados, respectivamente, os seguintes temas: 1) educação para a sustentabilidade, educação ambiental, educação em sexualidade, educação de jovens e adultos; 2) articulação entre conselhos, princípios éticos na gestão pública; 3) educação em saúde; 4) cooperativismo e associativismo familiar; 5) limites na educação de crianças e adolescentes, Estatuto da Criança e do Adolescente, educação e sexualidade para mães e pais, direitos e deveres de mães, pais e responsáveis por crianças e adolescentes, Cine Rondon⁶. Até o momento, foram realizadas três operações extensionistas, em diferentes cenários do Estado.

METODOLOGIA

Neste estudo, discentes com experiência em ações extensionistas puderam socializar suas percepções e vivências acerca da extensão universitária o que, por sua vez, requer uma abordagem qualitativa.

Em função da natureza eminentemente qualitativa do fenômeno que se propõe pesquisar optou-se por fazer uma pesquisa exploratória. Esta corresponde a um estudo preliminar da realidade, o que permite uma maior precisão e compreensão do objeto estudado, facilitando a construção do instrumento de pesquisa, baseado na experiência de vida dos sujeitos (ANDRADE, 2002).

Apesquisa descritiva objetiva a definição dos atributos de determinada população e/ou o estabelecimento de relações entre variáveis (GIL, 2006). Nesse sentido, buscamos, a partir da descrição da experiência dos sujeitos, melhor compreender as finalidades da extensão para a formação acadêmica.

Considerada um campo interdisciplinar que valoriza a compreensão da experiência humana (NELSON; TREICHLER; GROSSBERG, 1992), o estudo qualitativo preocupa-se muito mais

⁶ O Cine Rondon consiste em um espaço destinado à exibição de filmes à comunidade em geral, ocorrendo em todos os dias das operações nos municípios.

com o processo e com o significado que as pessoas atribuem ao objeto do que com o produto, despertando cada vez mais o interesse dos pesquisadores na área das ciências humanas.

Foram sujeitos do estudo discentes da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), que haviam participado de atividades de extensão vinculadas ao NER/UDESC. Os estudantes integravam os oito *campi* da UDESC. São eles: Florianópolis (*campus 1*), Joinville (*campus 2*), Lages (*campus 3*), Oeste Catarinense (*campus 4*), São Bento do Sul (*campus 5*), Ibirama (*campus 6*), Laguna (*campus 7*) e Balneário Camboriú (*campus 8*).

Vale considerar que, embora tenha sido enviado o formulário para 167 discentes, apenas 46 desejaram participar como sujeitos da pesquisa, devolvendo os formulários respondidos. Assim, a amostra foi constituída por 46 discentes. Conforme defendem Laville e Dionne (2007), a amostra não probabilística, tipo voluntária, presume a participação de voluntários, em que se apela para que as pessoas aceitem colaborar com a pesquisa.

A coleta foi realizada por meio de questionário, técnica em que o instrumento pode ser distribuído pelos Correios ou outro meio, podendo ser composto por respostas abertas (LAVILLE; DIONNE, 2007). A aplicação do formulário se dividiu em três eixos de abordagem: identificação pessoal; identificação acadêmica (curso, fase e centro) e, por fim, questões voltadas às operações extensionistas do NER/UDESC.

Os dados foram analisados com base na Análise de Conteúdo de Bardin, nas etapas: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados e interpretação (BARDIN, 2009). Neste sentido, realizou-se leitura exaustiva do material, alcançando as unidades de sentido, por meio das quais se delinearão as categorias.

A visão dos acadêmicos da UDESC

O estudo mostra a extensão sob o olhar de acadêmicos com experiência em ações extensionistas. A vivência em múltiplos espaços de aprendizagem, a inserção em contextos sociais diversos e a articulação com diferentes áreas de saber possibilitam a estes discentes (re)elaborar suas percepções acerca da extensão universitária, desvelando a importância da interação Universidade-Comunidade em seu processo de formação.

Essa interação expressa-se por meio das seguintes falas:

Colocar em prática as teorias aprendidas dentro da universidade e compreender as vivências e as necessidades de uma comunidade é fundamental para que ocorra a integração entre a universidade e a sociedade. (E - 42).

A extensão é algo único e exclusivo que tanto pesquisa quanto ensino, jamais poderão oferecer. Enxergo o Projeto Rondon como a expressão máxima da extensão universitária, que vai além dos muros da universidade. (E - 12).

A extensão é o que nos move à ação de executar aquilo que vimos na teoria, mas que só vem a enriquecer quando se é colocada em prática. A extensão universitária tem sido um importante elo entre a universidade e a comunidade. (E - 17).

A extensão, enquanto estratégia de integração entre universidade e a sociedade, também é apontada em estudo realizado por Carneiro e colaboradores (2011), os quais defendem que a tal relação enriquece o processo pedagógico e socializa o saber formal, contribuindo para a participação da sociedade na vida acadêmica. Concordando, Arroyo e Rocha (2010) expressam que os programas de extensão universitária possibilitam uma formação mais completa aos discentes, algo que pôde ser percebido neste estudo.

As funções da universidade no senso comum, quais sejam, a produção do conhecimento e a formação de recursos humanos qualificados, não se consubstanciam no vácuo, mas em relação com a sociedade; ambas, sociedade e universidade, constituindo-se permanentemente nesta relação. (OLIVEIRA, 2004, p. 2).

Os resultados permitiram apontar para percepções dos acadêmicos sobre extensão universitária. Neste sentido, os dados foram agrupados nas seguintes categorias: Ação para comunidades carentes; Ação acadêmica para a comunidade; Ação de troca de saberes entre universidade e comunidade; Ação político-social.

Ação para comunidades carentes

O estudo mostra que, nos discursos de muitos sujeitos, ainda permanece a percepção da extensão assistencialista, sinalizando resquícios das práticas dos governos militares, cujas ações se voltavam para comunidades menos favorecidas economicamente, conforme ilustram as falas a seguir:

O projeto de extensão dá oportunidade de levar conhecimento e atividades de educação para a comunidade carente. (E - 23).

As ações de levar o conhecimento adquirido na academia aos moradores de cidades pequenas, ou de bairros carentes das grandes cidades, são de extrema importância na construção de um cidadão. (E - 4).

É um projeto desenvolvido com o objetivo de transmitir conhecimento, experiência e até mesmo profissionalização para comunidades carentes. (E - 43).

Quando decidi fazer o Rondon era pelo fato de querer fazer algo mais voltado com pessoas e principalmente com a comunidade carente na expectativa de aprender e poder ensinar. (E - 27).

A percepção dos acadêmicos é reforçada pela visão de Carneiro e colaboradores (2011), quando

se referem que os projetos de extensão tendem a ser realizados em comunidades mais carentes, pois as mesmas necessitam maior atenção já que, na maioria das vezes, são os locais de maior índice da violência, analfabetismo e onde há menos recursos humanos disponíveis, de modo que as universidades buscam minimizar tais iniquidades, podendo sensibilizar a comunidade, sobretudo os gestores, para novas perspectivas de vida.

Pesquisa realizada por Leita e Nunes (2009) também sinaliza para a percepção da extensão enquanto ação para “populações carentes”. Mostra que, por favorecer a aproximação dos alunos com a realidade, os programas de extensão permitem a identificação das necessidades da comunidade e viabilizam ações de intervenções, principalmente, as vinculadas a serviços públicos diversos, como educação e saúde, que podem e devem pensar estratégias políticas de continuidade das ações de modo a causar impacto sobre as demandas previamente identificadas.

Embora essas percepções retratem a extensão enquanto ação para comunidades carentes, Maciel (2009) pontua a necessidade de se dissociar ação extensionista de ação assistencialista, defendendo extensão como possibilidade de formação profissional aliada ao desenvolvimento social.

Jezine (2004) questiona a visão da extensão como atividade menos valorizada na estrutura universitária e realizada por professores com menor titulação em comunidades carentes e defende uma nova visão de extensão universitária com função acadêmica na medida em que integra a dinâmica pedagógica curricular do processo de formação e produção do conhecimento.

Para Gramsci (1989), a integração teoria-prática favorece o desenvolvimento da relação entre sujeito e sociedade, proporcionando um novo pensar e fazer, que a nosso ver pode ser capaz de transformar a realidade.

Ação acadêmica para a comunidade

Os discursos também permitiram evidenciar uma percepção de extensão como ação do meio acadêmico para a comunidade, sinalizando que o conhecimento se concentra nos espaços acadêmicos e se dá a partir de sua transmissão de forma verticalizada, sendo a comunidade receptora deste. Essa percepção pode ser observada nas seguintes falas:

A operação é um momento valioso para levar o conhecimento científico adquirido na universidade para a comunidade. (E - 19).

[...] aplicar o conhecimento aprendido na universidade. (E - 9).

[...] um projeto que leva o conhecimento universitário para além dos muros da academia. (E - 21).

Extensão universitária é uma ação da universidade junto à comunidade, disponibilizando ao público externo o conhecimento adquirido com o ensino e a pesquisa desenvolvidos. (E - 27).

Para Silva, Neves e Barros (2011), a interação da Universidade com a população se dá a partir de ações educativas vinculadas ao conhecimento acadêmico. Estudo de Cardoso (2007) aponta para o papel da Universidade ante as demandas da comunidade, considerando a necessidade de um plano de ação construído por docentes e discentes. Ambos os estudos sinalizam para o poder do conhecimento que a Universidade detém, de modo que o saber, na extensão, era transferido da universidade para a comunidade.

É extremamente relevante que as universidades proporcionem ações de informação e educação que não exclua a possibilidade de incorporação de conhecimentos populares, visto a gama de saberes que a comunidade compartilha.

Ação de troca de saberes entre universidade e comunidade

O saber da comunidade também foi compreendido pelos sujeitos. Os resultados sinalizam para a percepção da extensão como ação que oportuniza a troca de saberes entre Universidade e comunidade. Mais do que isso: desconstrói-se a ideia preconcebida de que a Universidade detém o conhecimento, uma vez que os discentes se dão conta de que cada espaço tem um saber próprio que pode ser compartilhado e de que o saber da comunidade, mesmo sendo de senso comum, pode e deve ser legitimado. Segue trechos dos discursos para ilustração:

Muitas vezes, vamos para uma operação achando que vamos ensinar algo a determinadas pessoas, com pessoas que você julga ter um conhecimento inferior ao seu, porém acabamos aprendendo mais do que ensinando a estas pessoas. (E - 33).

Eu achava que poderia levar muito conhecimento ao lugar onde iria atuar, mas na realidade a troca de experiências entre comunidade-aluno foi tão intensa que tenho a plena certeza de que aprendi muito mais do que pude ensinar. (E - 16).

Nós levamos um pouco do nosso conhecimento como universitários, porém descobrimos um universo novo que não nos é apresentado dentro da universidade. (E - 42).

Um grande aspecto positivo foi que ambas as partes saíram ganhando em maior conhecimento e experiência. (E - 40).

Fica visível que, por incrível que pareça, se aprende muito mais do que ensina. (E - 8).

O primeiro paradigma que se quebra é a ideia de que nós universitários somos detentores do saber. Bastam apenas alguns dias para que o aluno perceba como é de fato essa “via de mão dupla”. (E - 12).

A extensão universitária é um processo que possibilita um riquíssimo aprendizado, podendo trazer benefícios para a comunidade da qual é palco (CARNEIRO et al., 2011). Esse compartilhamento de saberes foi apontado no estudo de Leita e Nunes (2009), que consideram os programas de extensão universitária de suma importância justamente por promoverem uma interação entre os estudantes e a comunidade e, conseqüentemente, a troca de conhecimentos. A troca do saber, ao confrontar os conhecimentos das diferentes áreas, amplia a percepção acerca do fenômeno, propiciando a construção de um saber mais global (MOREIRA; PELLIZZARO, 2009).

Assim, Ribeiro (2009) resume a extensão universitária como uma parceria entre a sociedade acadêmica e a sociedade civil, ancorada na troca de conhecimentos, para uma transformação social em que todos se beneficiam.

Chama atenção os discursos de alguns acadêmicos que revelam percepções contraditórias acerca da extensão, pois em alguns momentos a expressam enquanto um processo verticalizado e em outros, como troca de saberes. Essa incoerência guarda relação com o modelo extensionista verticalizado praticado neste país, conforme já observado. Assim, embora compreendam a extensão universitária como ação promotora de troca de saberes, em algum momento, esses estudantes deixam-se trair pelo discurso hegemônico que ainda é reproduzido, de que a extensão universitária é uma ação unidirecional, em que apenas a academia produz conhecimento.

A este respeito, Jezine (2004) refere que a extensão não representa um caminho unilateral da universidade para a sociedade, sendo importe a associação entre o saber científico e o saber popular em um constante movimento dialético, em que as atividades podem se inserir na busca de uma relação de reciprocidade, mutuamente transformadora.

A perspectiva da relação dialógica entre universidade e sociedade como oportunidade de troca de saberes integra o conceito de extensão formulado, em 1987, pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão Universitária das Universidades Públicas Brasileiras e reafirmado pelo Documento Universidade Cidadã (1999) e pelo Plano Nacional de Extensão (2000), que define a extensão universitária como um processo indispensável para a formação discente, a qualificação docente e o intercâmbio com a sociedade (NOGUEIRA, 2000).

Ação político-social

A percepção sobre extensão como ação de caráter político-social foi bastante compartilhada entre os discentes. Na ótica dos sujeitos do estudo, fica claro que a extensão universitária é uma política pública educacional cujas ações levam em conta às demandas de uma sociedade que financia o sistema universitário. Assim, a ação extensionista desvela-se, neste estudo, como uma política de reparação social, como se percebe nos discursos:

O Rondon nada mais é que uma forma de devolver para a sociedade o investimento que ela mesma faz. (E - 16).

Poder participar de ações de extensão universitária é poder retribuir de alguma forma a população que mantém financeiramente nossa universidade através de suas contribuições tributárias [...] porque é uma forma de retribuir a sociedade que contribui na manutenção da universidade através dos impostos por ela gerado. (E - 17).

É uma forma de estar retribuindo a sociedade, de um modo geral, o investimento que ela fez na sua formação. (E - 33).

É a necessidade que os acadêmicos têm de se inserir na sociedade, buscando a devolutiva dos investimentos realizados pela população no ensino superior e de qualidade. (E - 2).

A percepção da extensão universitária como uma forma de retorno à sociedade que a financia também é contextualizada em outros estudos. Rodrigues, Oliveira e Robazzi (1993) já defendiam o compromisso da Universidade para com a sociedade, também considerando o fato dela ser financiada pelos impostos pagos por toda população, o que é corroborado por Arroyo e Rocha (2010) quando declaram que os profissionais passam anos dentro da universidade pública paga com recursos públicos. Sendo assim, as universidades precisam de alguma maneira dar uma resposta a essa população.

Conforme Maciel (2009), o Estado tem o dever de manter a universidade brasileira e ela o compromisso público de promover ações que orientem a formulação de instrumentos e políticas públicas no sentido de assumir sua função social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para os acadêmicos sujeitos desta pesquisa, a extensão pode ser percebida como: ação de resposta da universidade para a sociedade que a financia; ação com foco em comunidades com maior carência socioeconômica; ação da academia (instituição detentora do saber) para as comunidades; ação de compartilhamento entre o saber científico produzido na academia e o do senso comum presente na comunidade.

Estas percepções, embora pareçam antagônicas, complementam-se, permitindo um avanço na percepção da extensão como ação político-social em resposta às necessidades das demandas das comunidades (prioritariamente as mais carentes). Embora, num primeiro momento, a extensão tenha o intuito de levar informação para a comunidade, depara-se com um contexto social enriquecido de saberes, desvelando-se assim, como uma “via de mão dupla” para a sistematização desses saberes.

Chama-nos a atenção para a ideia de extensão como uma ação para comunidades carentes, além de trazer à tona a responsabilidade social da Universidade que a financia. Segundo Arroyo e Rocha (2010), a extensão universitária possui um elo com o ensino e a pesquisa, um tripé que não pode ser desfeito, ou seja, a universidade não pode dissociar e se dedicar separadamente a cada uma das categorias, pois irá contra a toda a natureza do programa da extensão universitária. Nesse contexto, conforme defende Jezine (2004), a extensão configura-se como parte curricular

estruturante da formação universitária, capaz de promover o ensino e a pesquisa, ainda que não tenha essas funções específicas, de modo a desvelar a interação ensino-pesquisa-extensão enquanto pilar que alicerça a formação humana/profissional.

Necessário, ainda se faz, estudos que identifiquem e/ou analisem os saberes desvelados nas comunidades a partir das ações extensionistas. Com isso, podemos considerar a extensão como uma ferramenta fundamental de conscientização acadêmica para as questões sociais, percebendo a importância de uma atuação voltada para as necessidades da sociedade, rompendo, assim, com práticas muitas vezes descontextualizadas da realidade social, que servem apenas como cumprimento de um ritual acadêmico, que pode destoar da ação extensionista que é desenvolvida como projeto social. E para tal, há que se estabelecer que a extensão precisa se conjugar com as políticas públicas e também, estar articulada com o Projeto Acadêmico da Universidade, tendo em vista que a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão deve alicerçar-se no perfil de profissional-cidadão que se quer formar.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. M. de. **Como preparar trabalhos para cursos de pós-graduação: noções práticas**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

ARROYO, D. M. P.; ROCHA, M. S. P. de M. L. da. Meta-avaliação de uma extensão universitária: estudo de caso. **Avaliação**, Campinas, v. 15, n. 2, p. 135-161, jul. 2010.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 4. ed. Lisboa: Edições 70, 2009.

CARNEIRO, J. A. et al. Unimontes solidária: interação comunitária e prática médica com a extensão. **Rev. Bras. Educ. Med.**, Rio de Janeiro, v. 35, n. 2, p. 283-288, abr./jun. 2011.

FREIRE, S. de M. Desafios da extensão universitária na contemporaneidade. In: **Os diversos caminhos da extensão universitária**. Ponta Grossa: Editora UEPG, v. 7, n. 1, 2011.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas. 2006.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

JEZINE, E. As práticas curriculares e a extensão universitária. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, 2., 2004, Belo Horizonte. **Anais...** Disponível em: <<http://www.ufmg.br/congnext/Gestao/Gestao12.pdf>> Acesso em: 21 maio 2012.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

LEITA, M. da T. F.; NUNES, B. M. V. T. Centro rural universitário de treinamento e ação comunitária: um resgate histórico 1975-1986. **Texto Contexto Enferm**, Florianópolis, v. 18, n. 3, p. 427-435, jul./set. 2009.

MACIEL, L. R. Política nacional de extensão: perspectivas para a universidade brasileira. **Revista Participação**, Brasília, n. 28, dez. 2010.

_____. **Uma política para a extensão universitária brasileira**. 2009. Disponível em: < <http://proex.ufabc.edu.br/images/uploads/publicacoes/uma%20politica%20para%20a%20extenso%20universitaria%20brasileira.pdf>>. Acesso em: 21 maio 2012.

MOREIRA, B.; PELLIZZARO, I. Educação em saúde: um programa de extensão universitária. **Revista Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 8, n. 1, p. 156-171, jan./jun. 2009.

NELSON, C.; TREICHLER, P. A.; GROSSBERG, L. **Cultural Studies**. New York: Routledge, 1992.

NOGUEIRA, M. das D. P. Extensão universitária. Diretrizes conceituais e políticas. In: NOGUEIRA, M. das D. P. (Org.). **Documentos Básicos do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras 1987- 2000**. Belo Horizonte: PROEXT/UFMG, 2000.

NOGUEIRA, M. das D. P. Extensão universitária no Brasil: uma revisão conceitual. In: FARIA, D. S. de (Org.). **Construção conceitual da extensão universitária na América Latina**. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

OLIVEIRA, C. H. Qual é o papel da extensão universitária? Algumas reflexões acerca da relação entre universidade, políticas públicas e sociedade. CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, 2., Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: UFMG, 2004.

RIBEIRO, K. S. Q. S. A experiência na extensão popular e a formação acadêmica em fisioterapia. **Cad. CEDES**, Campinas, v. 29, n. 79, p. 335-346, set./dez. 2009.

RODRIGUES, R. A. P.; OLIVEIRA, M. H. P. de; ROBAZZI, M. L. do C. C. As perspectivas da cultura e extensão nas escolas de enfermagem no Brasil. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 1, p. 103-109, dez. 1993.

SILVA, C. G. da; NEVES, J. D. S. das; BARROS, R. P. de. Atividades de extensão universitária na formação de professores de ciências biológicas: uma narrativa do projeto farmácia viva e educação ambiental. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE, 1., 2011. São Cristóvão. **Anais...** São Cristóvão, SE, 2011, p. 1-12.

SOUSA, A. L. L. Concepção de extensão universitária: ainda precisamos falar sobre isso? In: FARIA, D. S. de (Org.). **Construção conceitual da extensão universitária na América Latina**. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

Submetido em 2 de maio de 2013.
Aprovado em 24 de julho de 2013.